



***MARCADORES SOCIOCULTURAIS, INTERSECCIONALIDADE E
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PREMISSAS DE UM CURRÍCULO CRÍTICO-
LIBERTADOR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DOS INSTITUTOS
FEDERAIS***

***MARCADORES SOCIOCULTURALES, INTERSECCIONALIDAD Y
EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR: PREMISAS PARA UN CURRÍCULO CRÍTICO-
LIBERADOR EN LA ESCUELA SECUNDARIA INTEGRADA DE LOS
INSTITUTOS FEDERALES DE EDUCACIÓN***

***SOCIOCULTURAL MARKERS, INTERSECTIONALITY AND SCHOOL
PHYSICAL EDUCATION: PREMISES FOR A CRITICAL-LIBERATING
CURRICULUM IN THE INTEGRATED HIGH SCHOOL OF FEDERAL
INSTITUTES***

Luan Gonçalves Jucá¹

Daniel Teixeira Maldonado²

RESUMO

O objetivo desse estudo foi problematizar as práticas político-pedagógicas de professores e professoras de Educação Física dos Institutos Federais com centralidade nas temáticas de raça, gênero e classe social a partir do conceito de interseccionalidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descrita. Para seleção dos(as) participantes foi utilizada a amostra intencional típica, sendo convidados(as) e entrevistados(as) 11 professores(as) de Educação Física que lecionam no Ensino Médio integrado de diferentes regiões brasileiras. A aplicação da análise temática sobre o material empírico resultou em três temas: práticas político-pedagógicas da Educação Física com centralidade nas discussões étnico-raciais nos Institutos Federais; debates sobre as relações de gênero presentes nas aulas de Educação Física escolar nos Institutos Federais; e discutindo classe social a partir das aulas de Educação Física escolar. Concluímos que

¹ Mestre em Educação Física. Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

² Doutor em Educação Física. Instituto Federal de São Paulo, Jacareí, São Paulo, Brasil.

a Educação Física crítico-libertadora pode tornar o cotidiano escolar mais inclusivo, justo e equitativo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Educação Profissional de Nível Médio; Interseccionalidade; Inclusão Ampliada.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue problematizar las prácticas político-pedagógicas de los profesores de Educación Física de los Institutos Federales, centrándose en los temas de raza, género y clase social a partir del concepto de interseccionalidad. Se trata de un estudio cualitativo del tipo descrito. Para la selección de los participantes se utilizó un muestreo intencional típico, invitando a 11 profesores de Educación Física que enseñan en escuelas secundarias en Brasil. La aplicación del análisis temático sobre el material empírico resultó en tres temas: prácticas político-pedagógicas de la Educación Física con centralidad en las discusiones étnico-raciales en los Institutos Federales; debates sobre las relaciones de género presentes en las clases de Educación Física escolar de los Institutos Federales; y discutir la clase social de las clases de Educación Física de la escuela. Concluimos que la Educación Física liberadora puede hacer que la vida escolar cotidiana sea más inclusiva.

PALABRAS-CLAVE: Educación Física; Educación Profesional de Grado Medio; Interseccionalidad; Inclusión Ampliada.

ABSTRACT

The aim of this study was to problematize the political-pedagogical practices of Physical Education teachers at Federal Institutes, focusing on the themes of race, gender and social class, based on the concept of intersectionality. This is a qualitative study of the type described. A typical purposive sample was used to select the participants, inviting 11 Physical Education teachers who teach at integrated secondary schools in different regions of Brazil. The application of thematic analysis on the empirical material resulted in three themes: political-pedagogical practices of Physical Education with a focus on ethnic-racial discussions in Federal Institutes; debates on gender relations present in school Physical Education classes in Federal Institutes; and discussing social class based on school Physical Education classes. We conclude that critical-liberating Physical Education can make everyday school life more inclusive, fair and equitable.

KEYWORDS: Physical education; Secondary Vocational Education; Intersectionality; Expanded Inclusion.

Introdução

A interseccionalidade possibilita a compreensão sobre o conjunto de opressões que atingem determinados grupos sociais a partir da vinculação de eixos estruturantes que envolvem os marcadores socioculturais de raça, gênero, sexualidade, classe, etnia, deficiência, dentre outros que possibilitam compreender as condições de existência de cada sujeito na sociedade (Carla Akotirene, 2022; Kimberlé Williams Crenshaw, 2013;

Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021). No que concerne à Educação Física, essa produção do conhecimento começa a ganhar força e adentra o espaço escolar (Brena Dias Bruno et al., 2022; Daniela Auad; Luciano Nascimento Corsino, 2018; Luciana Venâncio; Corsino, 2022).

Ressaltamos a importância de o debate interseccional atravessar as aulas de Educação Física, haja visto que a função inicial do componente curricular foi permeada por princípios biologizantes com objetivos de controle, vigilância e silenciamento de corpos, que atingiram grupos específicos devido a sua cor, gênero e classe social, considerando que historicamente os espaços educacionais foram refutados para afrodescendentes, mulheres, indígenas, gays, lésbicas, transexuais e pessoas com deficiência. Segundo Collins e Bilge (2021) a interseccionalidade traça relações entre esses sujeitos e aproxima os movimentos de luta pela conquista da equidade para grupos sociais marginalizados.

Notamos que o conceito de interseccionalidade possui aproximações com o debate promovido por um grupo de professores e professoras que desenvolvem suas práticas político-pedagógicas pautadas no currículo crítico-libertador (Fabiano Bossle, 2021; 2023; Valdilene Aline Nogueira, 2021; Nogueira; Daniel Teixeira Maldonado; Elisabete dos Santos Freire, 2023; Maldonado; Elaine Prodócimo, 2022). Essa perspectiva curricular surge a partir da leitura e interpretação das obras do educador Paulo Freire, aproximando seus conceitos bases com a Educação Física escolar (Maldonado, 2023).

Luiz Renato Assunção Vieira e Juliana Rezende Torres (2021) ressaltam que o currículo crítico-libertador da Educação Física surge com o propósito de promover a transformação da realidade social dos(as) estudantes, e que por meio das manifestações da cultura corporal possam se tornar pessoas conscientes, emancipadas e humanizadas. Portanto, essa teoria curricular auxilia os(as) docentes a repensar e recriar projetos de ensino em uma perspectiva crítica e politizada, considerando os marcadores socioculturais presentes na Educação Física escolar (Maldonado; Prodócimo, 2022).

Os marcadores socioculturais tratam-se de um conjunto de atributos que moldam e constituem a identidade dos sujeitos. Esses atributos podem ser delineados a partir da raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, deficiência e religiosidade, que em contato com os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos podem gerar desigualdades. Isso posto, discutir a realidade social a partir dos marcadores socioculturais presentes nas práticas corporais pode auxiliar no rompimento de opressões que dificultam a condição de existência de alguns indivíduos e populações.

Sob essa conjuntura, sem prescrever um modelo a ser seguido, mas apontando ações baseadas em princípios do currículo crítico-libertador da Educação Física, destacamos elementos como o levantamento do universo temático, a valorização dos conhecimentos dos(as) estudantes, a superação de situações limites a partir de problematizações e diálogos, a ampliação da leitura de mundo dos(as) educandos(as) e a proposta de uma práxis libertadora por meio da reflexão e ação, almejando alcançar a conscientização desses sujeitos (Maldonado; Prodócimo, 2022).

Nogueira, Maldonado e Freire (2023) elencam alguns princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos que propõe o currículo crítico-libertador, como a ruptura de uma estrutura curricular padronizada, a valorização dos conhecimentos produzidos pelos(as) professores(as) da escola, o fortalecimento da área com a produção coletiva do conhecimento e a consolidação de uma prática político-pedagógica repleta de militância e resistência.

Nesse sentido, a práxis na Educação Física crítico-libertadora luta pelos direitos dos oprimidos, se posicionando criticamente contra toda forma de desigualdade social, buscando reconhecer e apresentar as manifestações culturais dos diferentes sujeitos, promovendo a justiça curricular (Jurjo Torres Santomé, 2013). Assim, os(as) docentes do componente curricular inspirados nesse currículo não aceitam o fatalismo e por meio de ações coletivas visam descolonizar os projetos educativos e romper com a estrutura opressora da sociedade (Nogueira; Maldonado; Freire, 2023).

Portanto, aproximações epistemológicas, políticas e pedagógicas vinculam o currículo crítico-libertador e a interseccionalidade como práxis crítica, pois esses elementos entendem que o conhecimento adquirido de forma teórica precisa ser efetivado no contexto social, desvelando as injustiças na vida cotidiana. Dessa forma, as ações ultrapassam a análise e o diagnóstico das relações de poder e agem com perspectivas de mudanças concretas a serem executadas.

Tamires Yoshimi Maekawa Yamamoto, Luan Gonçalves Jucá e Maldonado (2024) salientam que o(a) professor(a) tem papel fundamental para consolidação do processo de inclusão, estruturando projetos educativos que possibilitem a participação de todos(as) os(as) estudantes nas práticas corporais, o reconhecimento das suas culturas e a valorização da diversidade.

Destarte, o objetivo desse estudo foi problematizar sobre as práticas político-pedagógicas de professores e professoras de Educação Física dos Institutos Federais com centralidade nas temáticas de raça, gênero, classe social e deficiência a partir do conceito

de interseccionalidade. Enfatizamos que apesar dessas experiências possuírem um direcionamento específico para um desses marcadores sociais, faremos a análise a partir da perspectiva interseccional crítica, haja visto que, em diálogo com Dolores Setuval Assaritti, Lucilene Alencar das Dores e Cecília Nunes da Silva (2023) é necessário reconhecer as intersecções dos marcadores socioculturais para alcançar a justiça social e curricular.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de campo e do tipo descrita. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, aspirações, motivos, atitudes, crenças e valores, representando ambientes propícios para conhecer as relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Maria Cecília Minayo, 2002).

Participaram da investigação 11 professores e professoras de Educação Física que lecionam no Ensino Médio integrado, sendo três docentes do centro-oeste e dois das demais regiões brasileiras. Os educadores e as educadoras eram vinculados ao Instituto Federal do Ceará (IFCE), Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL).

Para seleção dos(as) participantes foi utilizada a amostra intencional típica (Uwe Flick, 2004), que consiste em identificar a seleção de casos críticos, nas quais as relações a serem estudadas são importantes para avaliação do funcionamento de um programa, exemplos particularmente bem sucedidos da sua realização da prática e/ou casos politicamente importantes, delicados e desviantes. Entendemos que o presente estudo se adequa aos princípios básicos apresentados pelo autor para escolha dos(as) participantes. As entrevistas semiestruturadas ocorreram de forma virtual por meio do *Google Meet* entre os meses de outubro de 2022 a fevereiro de 2023, tendo duração entre uma e duas horas. A transcrição dos diálogos foi realizada de forma manual pelos pesquisadores.

Foram utilizados como critérios de inclusão da pesquisa: (a) o(a) docente de Educação Física possuir vínculo efetivo com a instituição de ensino; (b) ter produções acadêmicas com temáticas que envolvam a inclusão nas aulas de Educação Física Escolar e (c) ser servidor público com vínculo efetivo. Enquanto critérios de exclusão foram

adotados: (a) não lecionar em turmas do Ensino Médio e (b) não possuir experiência mínima de três anos de atuação na função.

Esta pesquisa está amparada sobre as definições de análise temática definidas por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006). Essa técnica de análise qualitativa consiste em identificar, analisar, interpretar e relatar temas em busca de padrões significativos (Luciana Karine de Souza, 2019). Iniciamos o processo analítico buscando materiais para a fundamentação teórica, de maneira que fosse possível compreender o cenário investigado; logo após produzimos códigos iniciais a partir das informações obtidas nas entrevistas; construímos temas por meio da codificação e agrupamento dos códigos; realizamos uma revisão dos temas e um refinamento da análise temática; e, por fim, definimos e denominamos os temas. Para não expor o nome dos(as) participantes da investigação, utilizamos os pseudônimos (P1, P2, P3...).

Vale salientar que esse manuscrito versa sobre apenas um tema de discussão de uma pesquisa de mestrado que se propôs a apresentar uma perspectiva de inclusão ampliada a partir da práxis dos(as) professores(as) de Educação Física dos Institutos Federais. Ressaltamos que o trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) sob o número 5.639.757.

Após a aplicação da análise temática sobre o material empírico, foram criadas três categorias temáticas, sendo elas: práticas político-pedagógicas da Educação Física com centralidade nas discussões étnico-raciais nos Institutos Federais; debates sobre as relações de gênero presentes nas aulas de Educação Física escolar nos Institutos Federais; e discutindo classe social a partir das aulas de Educação Física escolar.

Práticas político-pedagógicas da Educação Física com centralidade nas discussões étnico-raciais nos Institutos Federais

Discorreremos sobre como os conhecimentos de matrizes africanas e indígenas tem aparecido na prática político-pedagógica dos(as) professores(as) de Educação Física escolar e forma que esse trabalho com as práticas corporais tem auxiliado na promoção da justiça curricular. Destacamos as falas de P3 do IFSP

Dentro dessa questão racial mais ampla, há questões relacionadas às manifestações culturais afro-brasileiras. Nesse sentido, entendo que essa quebra de barreiras, essa superação desses preconceitos na Educação Física deve caminhar por duas vias complementares. Uma delas é você ao abordar qualquer conteúdo, qualquer conhecimento,

mesmo que seja um conhecimento de matrizes europeias como o próprio esporte que estávamos falando, as ginásticas, é você abordar questões referentes tanto ao reconhecimento do protagonismo da população preta nessas práticas, em algumas delas, em outras a ausência, o fato delas não estarem presentes. A gente tem vários exemplos com várias dessas práticas atuais. Isso é o que eu vejo que é o mais comum, até porque você não precisa sair desse arbitrário em torno do esporte para fazer isso. Com as questões de gênero é a mesma coisa, não precisa sair dessa monocultura esportiva para abordar isso (P3).

Em consonância com o educador, percebemos sua preocupação com a representatividade que as pessoas negras possuem nas práticas corporais, questionando a incipiência dessa população em determinados espaços. Além disso, enaltece que mesmo em contextos consolidados pela monocultura esportiva é necessário problematizar esses conhecimentos, haja vista a necessidade de desconstruir muitos estereótipos sobre os esportes convencionais. Nesse sentido, o professor compreende que as questões de inclusão permeiam o trabalho com uma educação antirracista, antissexista e anticapacitista.

Sob essa conjuntura, precisamos pensar em uma Educação e Educação Física antirracista que considere e atenda aos anseios e saberes da população negra, indígena e pobre (Carolina Cristina dos Santos Nobrega, 2020; 2023; Nilma Lino Gomes, 2021), que esteja posicionada numa perspectiva crítica apontando as contradições do sistema opressor e colonizado (Marcio Cardoso Coelho; Bossle, 2023), se mostrando relevante enquanto área de conhecimento que problematize as questões étnico-raciais, lutando para angariar mais espaço nos currículos escolares (Thiago José Silva Santana, 2023).

Portanto, é necessário eliminar a lógica da desumanização na Educação Física, tendo a área muito a aprender com os conhecimentos e práticas do movimento negro e das mulheres negras (Nobrega, 2021; Venâncio; Nobrega, 2020). Assim, além de auxiliar no contato dos(as) estudantes com as práticas corporais, costumes e tradições dos povos indígenas e africanos, a Educação Física pode contribuir no empoderamento de educandos(as) para o enfrentamento ao racismo, às desigualdades e às discriminações, auxiliando também na incorporação de saberes que valorizem os conhecimentos produzidos por escritores e escritoras negros(as) (Nobrega, 2020).

Outro ponto destacado por P3 foi a necessidade de conhecer as diferentes manifestações religiosas que fazem parte da cultura africana e afro-brasileira, tendo em vista que algumas práticas corporais, como as danças, possuem ligação com essa religiosidade. Ademais, torna-se primordial trabalhar essas experiências para além da

gestualidade, visando compreender cultura de forma ampla, envolvendo as danças, a música, o jogo, a culinária e os conhecimentos medicinais. Observamos esses apontamentos no excerto a seguir.

Às vezes eu vejo o pessoal, tem a tal da mancala, você já deve ter ouvido falar nesse jogo. E a mancala de fato é interessante, mas em termos de cultura afro-brasileira, até há relatos de que ela era jogada aqui mais para o século XIX pelo pessoal que veio da região da Nigéria. Mas assim, às vezes parece que trabalhei mancala está bom, já trabalhei conteúdo africano na minha disciplina. É que a mancala tem uma história misteriosa, dá para fazer altas reflexões inclusive sobre uma valorização de um conhecimento matemático africano, dá para fazer boas relações. É legal, é bacana, mas é pouco. E não chega no que é o principal de cultura corporal afro-brasileira, que vai estar nessas manifestações festivas, religiosas, meio festiva e meio religiosa que vão envolver-se de uma forma indissociável, transdisciplinar, dança, música, jogo, culinária, conhecimentos medicinais. E é uma coisa muito mais própria de uma identidade afro-brasileira do que a mancala (P3).

Apesar da necessidade urgente de problematizar esses conhecimentos no contexto escolar, percebemos que existe muita resistência dos(as) estudantes ao trabalhar com a cultura corporal afro-brasileira em toda sua amplitude nas aulas de Educação Física. Ainda assim, evidenciamos um trabalho de transgressão desse professor que promove a justiça curricular ao problematizar esse assunto nas aulas do componente curricular.

Uma Educação Física antirracista contribui diretamente contra a intolerância religiosa (Nobrega, 2019). A experiência produzida pela autora mostrou que o debate é importante não somente para informar, mas também denunciar essa problemática que envolve as religiões de matriz africana. Maria Clara Matias Oliveira e Maldonado (2023) salientam a relevância que a temática da cultura negra, afro-brasileira e indígena sejam problematizadas nas aulas de Educação Física escolar.

Outro trabalho potente sobre as questões étnico-raciais e as práticas corporais foi desenvolvido por P7 no IFMG, ao problematizar as dimensões históricas, biológicas e sociais que envolvem essas manifestações. Almejando criar um espaço mais justo, democrático e inclusivo, a professora buscou desconstruir os preconceitos que os(as) estudantes possuíam sobre as práticas de matriz indígena e africana, trazendo conhecimentos que são invisibilizados e marginalizados para o debate.

[...] quando vou trabalhar com jogos, brinquedos e brincadeiras com os alunos do primeiro ano, trabalho com eles os jogos, brinquedos e brincadeiras das culturas indígenas e africanas. Então eles já começam a fazer uma desconstrução do eurocentrismo daquelas brincadeiras que

vieram da nossa origem europeia. Então começamos a valorizar as nossas origens africanas e indígenas a partir desses jogos. E nessa perspectiva, vamos dialogando com os estudantes, o que eles trazem a gente tenta ampliar o máximo os saberes, nessa perspectiva de descolonizar um pouco o saber (P7).

Como aponta a educadora, é necessário descolonizarmos os conhecimentos, assim como as mentes e os currículos (Gomes, 2021), sendo que descolonizar implica em confronto, conflito, negociações e produção de algo novo (Gomes, 2012). Segundo a autora, ao adotarmos uma postura de enfrentamento e assumirmos que estamos em um país racista, passamos a pensar em ações que podem intervir nessa realidade.

Isso posto, percebemos a necessidade de reavaliarmos constantemente os currículos balizadores do ensino e sobretudo nossa práxis pedagógica (Katia Regina de Sá, 2023). Dessa forma, precisamos identificar se reproduzimos conhecimentos eurocêntricos que reforçam a condição de dominação sobre povos oprimidos ou se confrontamos a hegemonia ocidental a partir de um ensino que considera os anseios dos povos indígenas, dos negros e negras, das pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, ribeirinhos, quilombolas, dentre outros grupos sociais.

Luiz Sanches Neto e Venâncio (2023) afirmam que todos(as) os(as) professores(as) precisam ser antirracistas, destacando a necessidade de articulação dos diferentes grupos sociais em busca de uma mobilização coletiva pela justiça social.

Constatamos que o trabalho com as práticas corporais africanas e afro-brasileiras aparecem com maior frequência nas aulas de Educação Física se comparada as experiências que contemplem a cultura corporal dos povos indígenas. Todavia, notamos professoras que trazem questões insurgentes sobre a cultura dos povos originários para suas atividades de ensino, promovendo a justiça curricular ao considerar os saberes produzidos por esses(as) educandos(as) indígenas em suas comunidades, como é possível observar no relato de P9 do IFMT

Em Konoha³ eu tinha um aluno indígena, um aluno Xavante na minha turma e eu não percebi que ele era excluído das minhas aulas. Junto com a direção eu consegui organizar e levar a turma dele para a aldeia em que ele morava, e nós ficamos de um dia para o outro. Participamos da corrida da tora com eles, participamos das danças, conversamos e fomos entendendo toda a dinâmica de como que era a organização social e cultural. Isso mudou a relação dele com a turma, a minha com

³ Nome fictício utilizado para substituir o nome da cidade mencionada pela professora no qual se situa o campus do Instituto Federal ao qual lecionava.

ele, e a gente começou a valorizar e pensar como precisamos trazer as questões indígenas para discutir (P9).

A partir do cenário de exclusão identificado pela professora, foi possível organizar um trabalho com intencionalidade político-pedagógica de valorizar esse estudante, seus costumes e a comunidade a qual faz parte. Apesar de terem realizados alguns jogos e danças presentes na cultura do povo Xavante, a imersão ampliou a necessidade de valorização dos direitos humanos, permitindo o estranhamento inicial dos(as) estudantes advindos do pensamento eurocêntrico e colonial, para em seguida desconstruí-lo, construindo um novo conceito identitário sobre esse educando e promovendo o protagonismo indígena (Edson Dorneles Andrade, 2019).

De acordo com P7, é necessário discutir sobre as relações de poder existentes na sociedade para que os(as) estudantes entendam que alguns grupos sociais como menos poder na estrutura social estão sempre lutando para consolidar seus direitos e espaços, inclusive na escola, com a intencionalidade de não serem discriminados ou sofrerem preconceito. Segundo a educadora, é importante trazer esse debate no contexto escolar para que nenhum(a) educando(a) possa se sentir discriminado(a) ou excluído(a). Dessa forma, ela busca problematizar a partir das aulas de Educação Física alguns saberes referentes aos povos originários.

Eu trago para eles um rap de um grupo que é da etnia Guarani Kayuá eles acham super interessante, eles são Guarani e cantam o rap metade em português metade na língua deles. A gente vai trazendo, eu pergunto e problematizo é essa imagem que você tinha um jovem indígena, eles trazem à tona estereótipos, preconceitos, e a gente discute. Estou tendo retorno muito bacana dos meninos, teve uma aluna que falou assim comigo, “professora depois de estudar esse tema com você eu passei a ver a minha avó que é uma indígena com outros olhos, antes eu tinha vergonha de falar que eu tinha uma avó indígena, hoje eu me orgulho de dizer que eu sou descendente de uma mulher indígena” (P7).

Andrade (2019) afirma que a inserção dos conhecimentos historicamente produzidos pelos povos originários no currículo escolar surge para transformar o sistema colonial que os impedia de terem sua língua reconhecida, permitindo discutir a apropriação ilegal de seus territórios e questionar se o ensino acessado por eles(elas) se pauta em princípios de libertação ou dominação, que auxilie no processo de resistência ou ignora seus direitos e elimina suas identidades. Isso posto, ao problematizar o estilo musical do rap, a educadora desconstrói estereótipos e preconceitos sobre esse grupo

social, que os colocam como primitivos ou desatualizados, mostrando produções culturais de resistência que surgem desses sujeitos.

Nesse sentido, promover a justiça curricular é possibilitar que esses seres humanos contem e recriem suas histórias a partir do seu próprio patrimônio cultural. Assim, é possível tematizar os esportes, os jogos, as brincadeiras, as lutas e as danças que representem sentidos e significados culturais dessa prática para as diferentes comunidades indígenas nas aulas de Educação Física escolar (Arthur José Medeiros de Almeida; Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna, 2010; Jederson Garbin Tenório; Cinthia Lopes da Silva, 2014).

Visando o processo de desconstrução do pensamento colonial e a formação crítica da identidade dos(as) jovens, evidenciamos outro trabalho executado por P7 com o ensino dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Além de fomentar a leitura de materiais didáticos produzidos por personagens importantes que defendem as causas do movimento indígena, a educadora reforça o trabalho interseccional que tem desenvolvido ao contemplar os marcadores socioculturais de gênero, etnia, raça e deficiência de forma unificada em suas aulas.

[...] com os jogos, brinquedos e brincadeiras a gente traz a questão indígena, eles leem o livro do Ailton Krenak, assistem um episódio da série “Guerras da Conquista” que fala sobre como foi a invasão dos portugueses na América. Território onde já existiam os povos originários com uma cultura avançadíssima, como foi esse genocídio. Então estamos trabalhando os temas da Educação Física, mas discutindo com a questão de gênero, a questão étnico-racial, a questão das deficiências, físicas e visual, no caso que dei o exemplo da Terezinha Guilhermina, e por vamos discutindo essas questões (P7).

Esse cuidado da educadora em fomentar o contato dos(as) estudantes com materiais didáticos produzidos por escritores indígenas é preponderante para ressignificação de informações inconsistentes referentes aos povos originários. Torres Santomé (2013) aponta que existem muitas mentiras históricas nos livros didáticos, que possivelmente violentarão alguns(mas) estudantes na sala de aula.

Existem distorções injustas e perigosas que visam selecionar materiais de ensino que mantenham os sistemas de dominação e legitimem as desigualdades sociais, políticas, econômicas, religiosas, étnicas, linguísticas e de gênero. Ao perceber que os materiais utilizados se configuram como uma forma de exclusão ou supressão dos conhecimentos das classes oprimidas, torna-se necessário subverter o currículo é apresentar elementos

que constituam informações consistentes sobre a realidade desses sujeitos (Torres Santomé, 2013).

Destarte, percebemos com os apontamentos dessa pesquisa que professoras e professores dos Institutos Federais trabalham com conhecimentos africanos, afro-brasileiros e indígenas a partir das práticas corporais nas aulas de Educação Física. Esse cenário confirma o aumento da produção acadêmica de artigos e livros que envolve a cultura corporal e as questões étnico-raciais (Maldonado, 2020; Maldonado; Marcos Garcia Neira, 2022; Nobrega, 2023).

Ressaltamos que a rede federal possui um conjunto de políticas afirmativas que se comprometem com acesso e a permanência de todos(as) os(as) estudantes na instituição. Além disso, oferece suporte pedagógico e formação continuada para que esses(as) educadores(as) possam ter oportunidades de conhecerem em um contexto mais aprofundada as temáticas étnico-raciais, o que pode auxiliar o(a) docente na problematização dessas questões. Entretanto, devemos ressaltar o comprometimento político-pedagógico com a inclusão que esses(essas) professores(as) possuem na busca por uma educação antirracista, pois mesmo com todo esse aparato legislativo e pedagógico, cabe ao(a) docente decidir se vai aprofundar essas discussões ou apenas cumprir a demanda de trabalho do curso.

Identificamos que a prática político-pedagógica desses(as) docentes provoca transgressões no currículo hegemônico e aborda de forma incisiva os saberes da cultura corporal africana, afro-brasileira e indígena a partir de diferentes temas de ensino. Nesse cenário, para além do cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, eles e elas se posicionam com intelectuais transformadores de suas práticas que não aceitam o fatalismo e entendem que a mudança para um mundo melhor passa por ações que conscientizem os(as) estudantes por uma sociedade justa, equitativa e plural.

Debates sobre as relações de gênero presentes nas aulas de Educação Física escolar nos Institutos Federais

Verificamos que a formação de professores(as) ainda possui falhas ao compreender o fenômeno da inclusão. Os(as) docentes durante esse período não tiveram direcionamentos na Universidade para uma leitura de mundo ampliada e somente após esse ciclo com suas práxis no contexto escolar passaram a entender a educação inclusiva de uma forma interligada aos aspectos sócio-políticos e numa perspectiva ampliada.

Algumas dessas dificuldades estão em perceber situações de exclusões no contexto escolar que não estão direcionadas aos(as) estudantes com deficiência, como as violências de gênero, raça e etnia que são recorrentes nesses espaços (Ana Aparecida Tavares da Silveira; Fabyana Soares de Oliveira; Maria Aparecida Dias, 2021). Por essa razão, a inclusão precisa ser analisada a partir dos diferentes marcadores socioculturais em suas intersecções, para compreendermos como a relações inclusão/exclusão ocorrem nesse ambiente educativo.

Auad e Corsino (2016) destacam que identificar as múltiplas diferenças dos grupos e dos indivíduos pode minimizar as injustiças sociais entre esses sujeitos, construindo um espaço coeducativo que envolva a ruptura das desigualdades de gênero, raça e classe social. Assim, a partir da desconstrução das relações de poder que oprimem alguns grupos sociais por meio de visões sexistas, transfóbicas, racistas e capacitistas, é possível pensar em uma Educação Física mais justa e democrática.

Sob essa conjuntura, destacamos o trabalho de alguns(mas) educadores(as) da presente pesquisa que possibilitaram ampliar as discussões sobre gênero que permeiam as manifestações da cultura corporal. A exemplo disso, apresentamos as atividades de ensino realizadas por P1 no IFCE ao tematizar o *Ultimate Frisbee*.

[...] o *Ultimate Frisbee* tem uma resposta óbvia, que todo mundo começa zerado, porque as experiências anteriores não existem, então isso aniquila qualquer tipo de estereótipo de gênero, classe, de tudo. E como as regras desse esporte são, na minha avaliação, pedagógicas, ao pegar o disco eu não posso ser tocado, tenho que passar em 10 segundos, é obrigatoriamente que tenha homens e mulheres jogando, está na regra oficial. Ele é um dos poucos esportes obrigatoriamente autoarbitrado que não tem a figura do juiz, quem decide a situação de jogo é quem está na jogada. E ele tem algo que considero magnífico que não termina o jogo e tem um vencedor, tem um terceiro tempo que é o espírito de jogo.

Percebemos que P1 aponta como que essas práticas corporais podem favorecer a consolidação de um debate que envolva o gênero como eixo central do seu projeto educativo, visando desconstruir estereótipos históricos que inferiorizam e fragilizam o corpo feminino. Esse discurso pressupõe um trabalho de resistência na escola, construindo coletivamente um componente curricular que valorize e intensifique essas discussões.

Corsino e Auad (2012) salientam que a escolha de alguns temas de ensino e os conteúdos a serem ministrados já promovem resistência ao currículo tradicional que

suprime debates relacionados as questões de gênero, sexualidade, raça, dentre outros. O autor e a autora destacam que o espaço escolar deve minimizar as injustiças sociais, problematizando sobre assuntos que podem gerar preconceitos, discriminações ou qualquer forma de violência que esteja relacionada as identidades culturais desses sujeitos, fazendo-os refletir sobre as diferentes condições de existência de cada pessoa na sociedade.

Nesse sentido, destacamos a experiência educativa de P7 do IFMG com o ensino da dança, que possibilitou gerar reflexões sobre a visão sexista estabelecida relacionada com essa manifestação da cultura corporal.

A gente estudou o forró e foi tão legal o retorno dos estudantes. Então, por exemplo, eu tenho muito caso de turmas que tem muito mais meninos do que meninas, tenho turmas que são dois terços de meninos e um terço de menina, e a gente dançou forró, uma dança que é de casal, e todos os estudantes dançaram. E não tinha problema nenhum, eles dançavam homem com homem e mulher com mulher, e as aulas chegaram um ponto que fiz uma avaliação com eles e pediram mais aulas de forró. Eu tive que mudar um pouquinho planejamento e dar continuidade ao forró, porque para eles não tinha encerrado, eles queriam ir além. A dança não é um conteúdo tão fácil que você trabalhava, existem muito a questão cultural, machismo em torno da dança, é difícil de trabalhar (P7).

No que concerne as aulas de Educação Física escolar, percebemos que algumas práticas corporais como as ginásticas e as danças ainda são sobrecarregadas de preconceitos e estereótipos que a idealizam como uma manifestação exclusiva para pessoas do gênero feminino. Esse entendimento, por vezes, dificulta a aceitação dos(as) estudantes com os conhecimentos inerentes a dança e também a recusa da realização dos gestos corporais específicos dessa manifestação.

Na experiência da educadora, notamos uma situação oposta, já que o grupo de educandos(as) aderiu a temática do forró e solicitou a ampliação dos conhecimentos sobre essa manifestação cultural. Ainda assim, salientamos que estilos de dança como o ballet, o rap e algumas manifestações da cultura corporal que envolvem ritmos e são de matriz indígena e africana enfrentam desafios de serem tematizados em âmbito escolar, haja visto, respectivamente, a visão estereotipada feminina, masculina ou de cunho religioso sobre essas manifestações.

Maldonado (2020) aponta que os ensinamentos sobre gênero aprendidos na escola precisam ser trabalhados numa perspectiva crítica, pois existe a necessidade de desconstruir concepções preconceituosas contra mulheres, homossexuais, transexuais,

indígenas, negras e negros, dentre outros grupos sociais que ainda são marginalizados. Esse discurso precisa romper com o colonialismo, machismo e o patriarcado enraizado na estrutura da sociedade e na prática pedagógica de alguns(mas) professores(as).

Nesse interim, destacamos projetos educativos que centralizaram o gênero como marcador principal das discussões nas aulas de Educação Física escolar. Esses(as) professores e professoras ampliam os debates para além das discussões binárias sobre a separação dos(as) estudantes nas práticas corporais, ou que julgam a prática pedagógica dos(as) educadores(as) no espaço escolar. Essas pesquisas efetivamente apresentam educadores(as) que atuam como agentes políticos dentro desses espaços.

Destacamos a experiência da professora Marie com o ensino do tema “Questões de gênero nas aulas de Educação Física” junto aos(as) estudantes do 1º ano do Ensino Médio. A educadora problematizou a relação entre gênero e sexualidade no esporte, a diferença na oferta de patrocínios nas práticas esportivas com público masculino e feminino, a influência da mídia para a construção e reprodução da masculinidade e a importância da realização dessas discussões no contexto educacional (Marie Luce Tavares; Anna Carolina Tavares; 2017).

Em um outro trabalho desenvolvido pela educadora tematizando a dança, ela problematizou as relações de gênero e sexualidade presentes nas letras das canções e analisou a gestualidade presente nessa prática corporal. A professora conclui que esses debates foram importantes para desconstrução da estereotipação da mulher e dos padrões estéticos que a sociedade estabelece (Marie Luce Tavares, 2018). Outros temas como o futebol e voleibol (Daniel Bocchini; Maldonado, 2015), o badminton (Corsino, 2017), o jiu-jitsu (Clayton César de Oliveira Borges; Pedro Xavier Russo Bonetto, 2014), também se constituíram como projetos educativos que promovem reflexões sobre as questões de gênero que permeiam essas práticas corporais.

Com a perspectiva de desvelar as injustiças sociais, percebemos que essa discussão é de fundamental importância nas aulas de Educação Física. Todavia, discutir somente gênero não é o suficiente (André Luis do Nascimento Mont Alverne, 2024). Assim sendo, para fomentar uma transgressão nos(as) jovens é necessário problematizar em conjunto todos os marcadores socioculturais, possibilitando entender as condições sociais de cada sujeito/grupo, propondo que os(as) professores atuem de forma crítica e politizada para que o processo inclusivo possa acontecer na escola (Jucá; Alverne; Maldonado, 2024). Assim, ao atravessarmos esses marcadores é possível desvelar as relações de poder que

condicionam a exclusão desses sujeitos na sociedade e nas aulas desse componente curricular por questões de raça, etnia, classe, dentre outras (Aua; Corsino, 2018).

Discutindo classe social a partir das aulas de Educação Física escolar

Evidenciamos um posicionamento político dos(as) professores(as) no desenvolvimento de práticas político-pedagógicas críticas nos Institutos Federais de todas as regiões brasileiras, confrontando os saberes hegemônicos que foram historicamente produzidos e reproduzidos na e pela sociedade. Esse enfrentamento aproxima os(as) docentes de propostas que consideram a justiça curricular no espaço escolar (Torres Santomé, 2013).

Nesse ensino, revelamos o trabalho potente desenvolvido pela professora P4 no IFCE, trazendo a linguagem do voleibol como um conhecimento político, pedagógico e social. A educadora enfatiza a importância de trazer essas discussões insurgentes que, em muitos casos, não aparecem nas falas dos(as) estudantes, buscando aproximá-los de reflexões que envolvem o marcador sociocultural de classe social num sentido de alteridade.

Vamos pensar essa realidade do voleibol, se a gente reconhecer o ambiente que ocorre o voleibol, o que a gente pode pensar sobre esse ambiente, como que essa história do voleibol se coloca numa dimensão classista? Quais são as classes, grupos que têm acesso ao voleibol inicialmente dentro da sua história? Por que as mulheres passam a estar nas olimpíadas depois e os homens geralmente que iniciam? Não só no voleibol, mas na maioria dos esportes esse direito era negado. Então algumas eram do universo em que a aula produzia, mas algumas que eu via que tinha invisibilidade eu precisava ser indutora, trazer a problematização (P4).

Mesmo com enfoque na classe social, percebemos que intersecções com o gênero aparece no relato da educadora. Esses apontamentos são necessários para compreensão da complexidade dos problemas sociais, propondo análises que em determinados períodos e sociedades, as relações de poder que envolvem classe, gênero e raça não se manifestam de forma segregada, mas mutuamente excludente (Collins; Bilge, 2021).

Maldonado (2023) propõe que os projetos educativos nas aulas de Educação Física precisam potencializar a construção de consciência crítica dos(as) estudantes na luta pelos seus direitos, compreendendo as desigualdades socioeconômicas de classe, gênero e raça

que ainda persistem no contexto atual. Nesse interim, destacamos uma outra experiência com o ensino do polo aquático mediada pela professora P4 do IFCE.

A educadora destaca que muitos dos(as) estudantes não têm acesso a espaços de lazer, incluindo piscina, e que a pedido deles(as) possibilitou essa vivência, direcionando suas problematizações sobre as possibilidades de acesso da população para a experimentação dessa prática corporal. A avaliação dos(as) estudantes foi feita por meio de um diário de campo em que deveriam expressar seus sentidos e significados advindos da experiência, expressando-se a partir de diferentes linguagens como o cordel, desenhos, animes, narrativas de ficção, dentre outras possibilidades. Nesse sentido, a professora apresenta um cordel produzido pelo educando sobre a exclusão das pessoas com baixa renda de algumas práticas corporais.

“quando se trata de piscina eu hei de ser o maior fanático, desta vez foi diferente, experimentei o polo aquático. Um jogo tão diferente, tão parecido com clássico. Nesta aula fiz um show e no gol fui a um espetáculo. Uma prática como essa para todos era vital, mas sendo apenas possível àqueles com tal de Capital.”

Esse depoimento, em formato de cordel do estudante, revela a desigualdade social presente em nosso país. Faz uma leitura sobre o capitalismo na relação de pessoas que não possuem dinheiro e renda para ter acesso à piscina. Salientamos que todos os(as) estudantes problematizaram a gestualidade do polo aquático nessa prática político-pedagógica, mas sempre com o propósito que por meio dela fizessem uma leitura crítica e consciente da realidade social.

Essas discussões tornam-se fundamentais para formar juventudes com um olhar crítico em busca de minimizar as exclusões e desigualdades sociais existentes. Percebemos que os(as) docentes da Educação Básica têm publicado experiências e tensionado junto aos(as) estudantes esse debate contra as desigualdades. Destacamos algumas dessas práticas político-pedagógicas realizadas com diferentes temas que nos possibilitam compreender como se dão os debates nas aulas de Educação Física sobre o marcador de classe social.

À vista disso, mencionamos as reflexões a partir do ensino do boliche sobre os valores cobrados para acessar essa prática corporal (Everton Arruda Irias; Maria Emília de Lima, 2016), as barreiras econômicas que dificultam as pessoas com menos poder aquisitivo a realizarem a prática corporal do tênis (Leandro Rodrigues Santos Souza, 2017), a insuficiência de espaços públicos de lazer para a vivência de algumas práticas

corporais (Coelho, 2019). Identificamos também o trabalho direcionado sobre os valores cobrados e quais pessoas tinham acesso às academias de ginástica para o treinamento de força, problematizando as discrepâncias alimentares entre os grupos sociais e como as desigualdades econômicas influenciam nas possibilidades de lazer, saúde e qualidade de vida das pessoas (Maldonado; Nogueira; Uirá Siqueira de Farias, 2019).

Esses trabalhos mencionados, assim como o de P1 com ensino do voleibol e polo aquático, quando executados considerando a interseccionalidade, nos possibilitam compreender a dificuldade que alguns sujeitos possuem em acessar algumas práticas corporais, atingindo principalmente pessoas do gênero feminino, não brancas(os), de classe social baixa e que moram em regiões periféricas.

Isso posto, Grégore Iven Mielke *et al.* (2022) analisaram os determinantes sociais da atividade física no lazer sob a ótica da interseccionalidade por meio dos marcadores socioculturais de gênero, identidade racial, escolaridade e renda. Os resultados evidenciaram que a prevalência de atividade física foi superior entre sujeitos do gênero masculino, de cor da pele branca e entre aqueles com maior escolaridade e renda. Em relação as pessoas do gênero feminino, percebeu-se menor acesso de mulheres não brancas, com baixa escolaridade e renda na vivência de práticas corporais. Os autores e autora concluem que os marcadores analisados influenciam fortemente a atividade física no lazer em nível individual.

Sob essa análise, é possível compreender que nem todas as pessoas tem as mesmas oportunidades de acessar as práticas corporais. Isso posto, a interseccionalidade surge com intuito de mostrar que as diferentes condições de existência impactam no conjunto de manifestações corporais que os indivíduos conseguirão acessar ao longo da vida. Dessa forma, a formulação de políticas públicas para oferta de manifestações da cultura corporal precisa considerar as iniquidades sociais, não desconsiderando as questões biológicas, mas priorizando os determinantes sociais.

Assim, a Educação Física escolar pode auxiliar no processo de reflexão sobre as desigualdades sociais presentes em algumas práticas corporais, promovendo a luta contra as opressões sociais que afetam a maior parte da população, propondo atravessamentos que envolvam os marcadores de classe, gênero, raça e renda, desvelando essas realidades e ensinando esses sujeitos a transgredirem.

Sob essa conjuntura, apontamos o trabalho de P5 no IFSUL, ao problematizar a relação entre o meio ambiente e a Educação Física por meio das trilhas virtuais, urbanas e interpretativas, que são trilhas com intencionalidade pedagógica. A educadora tem

discutido questões como desigualdade social e acessibilidade por meio desse trabalho integrado.

Penso que com as trilhas vamos pensar em todas as questões que envolvem a gestão, por que está abandonado? Por que não tem mais aquilo? Onde estão os recursos para educação? Quem chega no Instituto Federal? Que condições a gente tem de se manter aqui? Tu vai problematizando para além do assunto. O açude está poluído? O que tem naquele açude? De onde que vem aquela água que fica o açude? Vem com muito lixo? De onde que vem? Enfim, várias questões internas (P5).

Fabiana Celente Montiel e Danielle Müller Andrade (2022) destacam que a utilização das trilhas como estratégias pedagógicas favorece a imersão no meio natural, ampliando os fenômenos das questões socioambientais e constituem-se como possibilidades de enfrentamento às desigualdades socioeconômicas. As autoras afirmam que esse trabalho oportuniza o debate sobre a falta de segurança dos ambientes públicos, a privatização de bens públicos e dificuldades de acessibilidade pelas distintas classes sociais.

À vista dessa realidade, destacamos também o trabalho desenvolvido por P7 no IFMG, em que por meio das práticas corporais de aventura acessa e aprofunda os debates sobre as questões ambientais, bem como, discute a respeito da saúde do corpo, da formação para o mundo do trabalho, das políticas públicas de acesso ao esporte e lazer e a não submissão dos(as) educandos(as) às vontades do mercado de trabalho, utilizando-se das temáticas dos jogos, brinquedos e brincadeiras para realizar essas reflexões. Percebemos destaque para experiências político-pedagógicas com essas temáticas, sendo também experienciado pelas professoras P8 e P9, que lecionam no IFMT e IFMS, respectivamente.

Gomes (2023) salienta que ao relacionar classe social, raça, gênero e diversidade sexual em nossa sociedade, enxergamos uma série de discriminações, violências e desigualdades. Nota-se que o histórico de exclusão de direitos afeta com mais intensidade determinados grupos sociais, como já destacado por Collins e Bilge (2021), incidindo com maior contundência em pessoas pobres, negras e do gênero feminino.

Considerações finais

Traçamos como objetivo desse estudo apresentar as práticas político-pedagógicas de professores e professoras dos Institutos Federais com centralidade nas temáticas étnico-raciais, gênero e classe social. Além disso, utilizamos a interseccionalidade como práxis crítica para potencializar as discussões que emergiram das entrevistas.

Compreendendo o currículo crítico-libertador da Educação Física como uma teoria curricular que visa romper com o sistema opressor e possibilitar a conscientização crítica dos(as) jovens, ao se trabalhar com os diferentes marcadores socioculturais que envolvem a raça, o gênero e a classe social em suas intersecções com as práticas corporais no contexto escolar, percebemos como as injustiças atingem determinados grupos sociais com mais ênfase.

Sob essa conjuntura, destacamos ao longo desse manuscrito o processo de resistência dos(as) professores(as), trabalhando com temas que envolvem os jogos, brinquedos e brincadeiras das culturas africanas e indígenas numa perspectiva crítica. Observamos o trato pedagógico com o ensino do xadrez, *ultimate fresbee* e do forró para discutir as questões de gênero. Além disso, vimos as discussões sobre classe social acontecendo a partir do voleibol, polo aquático e das trilhas pedagógicas nas aulas de Educação Física escolar.

Portanto, para se efetivar uma perspectiva inclusiva crítica é necessário se posicionar politicamente. Os relatos aqui apresentados mostram que esses(as) educadores e educadoras transgridem os currículos tradicionais e efetivam uma prática político-pedagógica que considera as diferentes condições de existência dos sujeitos. Romper com a estrutura hegemônica presentes nos currículos e planejar projetos educativos que descolonize os saberes é o passo inicial para efetivar uma justiça social e curricular nos espaços escolares, possibilitando, a partir da interseccionalidade, em uma inclusão ampliada que considere os diferentes marcadores socioculturais.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Editorial, 2019.

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de; SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas.

Movimento, v. 16, n. 4, p. 53-71, 2010. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/1153/115316963004.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ALVERNE, André Luis do Nascimento Mont. “**É o amor político! É o que me faz levantar de manhã**”: questões de gênero e sexualidade nas práticas político-pedagógicas de professoras(es) de Educação Física. 2024. 281 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina-PE, 2024. Disponível em: Disponível em:
<http://www.univasf.edu.br/~tcc/000042/00004236.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

ANDRADE, Edson Dorneles de. O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a Lei nº 11.645/2008. **Cadernos Cedex**, v. 39, p. 321-356, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/JY48whrPwyqKVCmddb9v9Z6f/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ASSARITTI, Dolores Setuval; DORES, Lucilene Alencar das; SILVA, Cecília Nunes da. Corpo, gênero e sexualidade: experiências docentes para a construção de uma Educação Física inclusiva e diversa. MALDONADO, Daniel Teixeira; MARTINS, Raphael Moreira. **Educação Física no Ensino Médio: resistências e transgressões na prática político-pedagógica nos Institutos Federais**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2023. p. 39-57.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, p. 1-13, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/PhXvvnvJSpRwf6vnmRskBmVD/?lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2023.

AUAU, Daniela; CORSINO, Luciano Nascimento. Interseccionalidades e Educação Física escolar: alguns apontamentos. In: CORSINO, Luciano Nascimento; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti. **Educação Física escolar e relações étnico-raciais: subsídios para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08**. Curitiba: CRV, 2016. p. 123-134.

BOCCHINI, Daniel; MALDONADO, Daniel Teixeira. Futebol e voleibol na Educação Física escolar: quem pode jogar? **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, n.1, v.2, p. 88-98, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Maldonado-2/publication/290810686_Futebol_e_voleibol_na_Educacao_Fisica_Escolar_quem_pode_jogar/links/569bc29108aea1476954415b/Futebol-e-voleibol-na-Educacao-Fisica-Escolar-quem-pode-jogar.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BORGES, Clayton César de Oliveira; BONETTO, Pedro Xavier Russo. Jiu-jitsu na escola: primeiros ensaios em uma perspectiva cultura. In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari; LIMA, Maria Emilia. **Educação Física e culturas: ensaios sobre a prática – volume**. São Paulo: FEUSP, 2014. p. 165-182.

BOSSLE, Fabiano. Algumas notas para constituição de uma teoria pedagógica crítico libertadora da Educação Física (escolar). BOSSLE, Fabiano; PRODOCIMO, Elaine;

MALDONADO, Daniel Teixeira. **Diálogos da educação libertadora de Paulo Freire com a Educação Física escolar**. Florianópolis: Tribo da ilha, 2023. p. 52-78.

BOSSLE, Fabiano. Carta-utopia: palavras para uma teoria pedagógica da Educação Física escolar crítico-libertadora. In: MEIRELES, Bruno Freitas et al (Orgs). **Freireando há 100 anos: o encontro com a Educação Física Escolar**. Curitiba: CRV, 2021. p. 139-149.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei N. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei N. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRUNO, Brena Dias et al. A relação com o saber e as interseccionalidades: diálogos (auto) formativos por uma Educação Física da (re)existência. **Cenas Educacionais**, v.5, n.e11943, p.1-31, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11943>. Acesso em: 01 dez. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: **The public nature of private violence**. Routledge, 2013. p. 93-118.

COELHO, Marcio Cardoso. O currículo de cultura na Educação Física escolar: uma prática educativa libertadora no contexto da rede municipal de ensino de Porto Alegre/RS. In: SOUSA, Cláudio Aparecido; NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira. **Educação Física escolar e Paulo Freire: ações e reflexões em tempos de chumbo**. Curitiba: CRV, 2019. p. 181-192.

COELHO, Marcio Cardoso; BOSSLE, Fabiano. “É verdade que tu passou filme de Exú, sor Márcio?” negritudes em construção e diálogo nas aulas de Educação Física em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre/RS. In: NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Perspectiva negra na Educação Física**. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2023. p. 51-70.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORSINO, Luciano Nascimento. O badminton como possibilidade para (Co)Educação Física escolar: caminhos e perspectivas. In: VENÂNCIO, Luciana et al. **Educação Física no Ensino Fundamental II: saberes e experiências educativas de professores(as) pesquisadores(as)**. Curitiba: CRV, 2017. p. 191-206.

CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. **O professor diante das relações de gênero na Educação Física escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 44, e275110, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYsSM/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, p. 435-454, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6733/673373992012/673373992012.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, 2012. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

IRIAS, Everton Arruda; LIMA, Maria Emilia. Boliche e taco: jogando com as possibilidades. In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari. **Educação Física cultura: por uma pedagogia da(s) diferença(s)**. Curitiba: CRV, 2016. p. 251-270.

JUCÁ, Luan Gonçalves; ALVERNE, André Luis do Nascimento Mont; MALDONADO, Daniel Teixeira. Interseccionalidade e justiça curricular: reflexões iniciais de um potente diálogo na busca pela inclusão nas aulas de Educação Física nos institutos Federais. **Corpoconsciência**, p. e16995-e16995, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/16995>. Acesso em: 11 out. 2024.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Paulo Freire com a Educação Física Escolar: problematizações sobre o educar como ato político. In: Fabiano Bossle; Elaine Prodócimo; Daniel Teixeira Maldonado. (Org.). **Diálogos da educação libertadora de Paulo Freire com a Educação Física Escolar**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2023. p. 15-25.

MALDONADO, Daniel Teixeira. **Professores e Professoras progressistas do mundo uni-vos!**. Curitiba: CRV, 2020.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NEIRA, Marcos Garcia. Resistências e transgressões na prática político-pedagógica da Educação Física. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. e1866, 2022. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/maldonado-neira.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NOGUEIRA, Valdilene Aline, FARIAS, Uirá Siqueira de. Educação Física na escola pública: professores e professoras como intelectuais transformadores de sua prática. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, v. 2, p. 22-36, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337815623_Educacao_Fisica_na_escola_publica_professores_e_professoras_como_intelectuais_da_sua_pratica_pedagogica. Acesso em: 26 nov. 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; PRODÓCIMO, Elaine. Por uma epistemologia crítico-libertadora da Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano VII, v. 3, p. 6-23, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358981676_POR_UMA_EPISTEMOLOGIA_CRITICO-LIBERTADORA_DA_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR. Acesso em: 25 nov. 2023.

MIELKE, Grégore Iven. et al. All are equal, but some are more equal than others: social determinants of leisure time physical activity through the lens of intersectionality. **BMC Public Health**. v. 22, p. 36, 2022. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-021-12428-7>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MONTIEL, Fabiana Celente, ANDRADE, Danielle Muller. Trilhas virtuais no Ensino Médio Integrado: uma experiência pedagógica em Educação Física Escolar. *In*: MALDONADO, Daniel Teixeira, SILVA, Maria Eleni Henrique da, MARTINS, Rathaell Moreira. **Educação Física Escolar e Justiça Social: experiências curriculares na Educação Básica**. Curitiba: editora CRV, 2022. p. 237-252.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Narrativas Quilombolas na Educação Física escolar. *In*: MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira; NOGUEIRA, Valdilene Aline. **Linguagens na Educação Física escolar: diferentes formas de ler o mundo**. Curitiba: CRV, 2021. 67-83.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Ori-entações afro-feministas e prioridades negras para a Educação Física escolar. *In*: NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Perspectiva negra na Educação Física**. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2023. p 18-48.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Os orixás na Educação Física antirracista: educando no combate à intolerância religiosa. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, ano 5, v. 2, p. 48-63, 2019. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/os-orixas-na-educacao-fisica-antirracista-educando-no-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Perspectiva negra na Educação Física**. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2023.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Por uma Educação Física antirracista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 34, p. 51-61, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbef/article/view/173145>. Acesso em: 15 dez. 2023.

NOGUEIRA, Valdilene Aline. **A construção de inéditos-viáveis: em busca de princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos da Educação Física Escolar libertadora**. 2021. 291 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade São Judas. São Paulo, 2021.

NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira; FREIRE, Elisabete dos Santos. A construção coletiva de princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos da Educação Física Escolar libertadora. **Rev. Ed. Popular**, p. 296-319, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374810618_A_construcao_coletiva_de_principios_epistemologicos_politicos_e_pedagogicos_da_Educacao_Fisica_Escolar_libertadora. Acesso em: 25 nov. 2023.

OLIVEIRA, Maria Clara Matias; MALDONADO, Daniel Teixeira. Práticas corporais e cultura afro-brasileira no portal Geledés: problematizações potentes para a Educação Física escolar. **Arquivos em Movimento**, v.19, n.1, p 327-347; 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/geledes>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SÁ, Katia Regina de. Rebelar e esperar: por uma educação antirracista. *In*: MALDONADO, Daniel Teixeira; MARTINS, Raphael Moreira. **Educação Física no Ensino Médio: resistências e transgressões na prática político-pedagógica nos Institutos Federais**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2023. p. 58-76.

SANCHES NETO, Luiz; VENÂNCIO, Luciana. A Educação Física antirracista e a luta por visibilidade dos/as afro-latinos/as como desafio curricular. **Revista Fórum Identidades**, v. 36, n. 1, p. 133-146, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/18076>. 15 dez. 2023.

SANTANA, Thiago José Silva. Educação Física no ensino fundamental: reflexões sobre práticas de ensino para uma educação antirracista. *In*: NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Perspectiva negra na Educação Física**. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2023. p. 70-100.

SILVEIRA, Ana Aparecida Tavares da; OLIVEIRA, Fabyana Soares de; DIAS, Maria Aparecida. Refletindo sobre a educação inclusiva: uma trajetória essencial para repensar a Educação Física. **RevistAleph**, n. Especial, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/48163>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SOUZA, Leandro Rodrigues Santos. Tênis: um lob de direita. *In*: NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural: o currículo em ação**. São Paulo: Labrador, 2017. p. 128-142.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005. Acesso em: 26 jun. 2022.

TAVARES, Marie Luce. Se ela dança, eu... e quem mais dança? – a dança como conteúdo da Educação Física e o convite à discussão de gênero. *In*: MALDONADO, Daniel Teixeira; NOGUEIRA, Valdilene Aline; FARIAS, Uirá de Siqueira. **Educação Física no Ensino Médio**: a prática pedagógica em evidência. Curitiba: CRV, 2018, p. 213-230.

TAVARES, Marie Luce; TAVARES, Anna Carolina. Educação para a diversidade: desconstruindo as relações de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física escolar no Ensino Médio. *In*: NOGUEIRA, Valdilene Aline; FARIAS, Uirá de Siqueira; MALDONADO, Daniel Teixeira. **Práticas pedagógicas inovadoras na Educação Física escolar**: indícios de mudanças 2. Curitiba: CRV, 2017. p. 191-204.

TENÓRIO, Jederson Garbin; SILVA, Cinthia Lopes da. As práticas corporais indígenas como conteúdo da Educação Física escolar. **Teoria e Prática da Educação**, v. 17, n. 1, p. 81-91, 2014. Disponível em:
[file:///C:/Users/Luan%20Juc%C3%A1/Downloads/27722-Texto%20do%20artigo-118311-1-10-20150507%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Luan%20Juc%C3%A1/Downloads/27722-Texto%20do%20artigo-118311-1-10-20150507%20(3).pdf). Acesso em: 26 nov. 2023.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de troia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

VENÂNCIO, Luciana; CORSINO, Luciano Nascimento. Interseccionalidades étnico-raciais, de gênero e relação com o saber. **Cenas Educacionais**, v.5, n.e16970, p.1-8, 2022. Disponível em:
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/16970>. Acesso em: 02 dez. 2023.

VENÂNCIO, Luciana; NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Mulheres negras professoras de Educação Física**. Curitiba, CRV, 2020.

VIEIRA, Luiz Renato Assunção; TORRES, Juliana Rezende. Possibilidades para um currículo crítico-libertador de Educação Física à luz de Freire. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Edição especial. Setembro, p. 51-65, 2021. Disponível em:
<file:///G:/Meu%20Drive/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20DOCUMENTOS/Temas%20de%20an%C3%A1lises/Artigos%20utilizados%204%20categoria/EDIOESPECIALSET2021-PAULOFREIREVERSO-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

YAMAMOTO, Tamires Yoshimi Maekawa; JUCÁ, Luan Gonçalves; MALDONADO, Daniel Teixeira. Fundamentos epistemológicos, políticos e pedagógicos da Educação Física Escolar inclusiva. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 6, p. e10825, 2024. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/10825>. Acesso em: 27 mar. 2024.

Recebido em abril de 2024.

Aprovado em outubro de 2024.